

Procurador aponta conivência do BC com remessa irregular para o exterior

Responsável pela investigação de lavagem de dinheiro com o uso de contas CC-5 diz à CPI do Sistema Financeiro que Banco Central tem uma ótica “puramente monetária” e não se preocupa em saber se recursos vêm de atividades legais



O procurador da República Celso Antônio Trés (E) fala sobre as contas CC-5, ao lado dos senadores Bello Parga e João Alberto

- Dos mais de R\$ 100 bilhões enviados nos últimos sete anos pelas contas CC-5, metade pode ter origem ilícita
- Arruda quer saber de quem eram e quem recebeu os R\$ 600 milhões remetidos pelos bancos Marka e FonteCindam
- CPI vai investigar a partir da próxima semana a aplicação de recursos públicos no Proer

PÁGINAS 3 E 4

Reforma da Justiça pode sair em 99, diz ACM

A reforma do Poder Judiciário pode ser aprovada ainda neste ano, prevê o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães. Satisfeito com o trabalho desenvolvido na Câmara pela Comissão Especial de Reforma do Judiciário, ele acredita que as conclusões da CPI em andamento no Senado trarão ainda importante contribuição para o aperfeiçoamento da Justiça.

PÁGINA 6

Marina e Tião Viana recebem ministra alemã

Os senadores Tião Viana (PT-AC) e Marina Silva (PT-AC), acompanhados do governador do Acre, Jorge Viana, receberam ontem à tarde, na representação acreana em Brasília, a ministra da Justiça da Alemanha, Herta Däubler Gmelin, que veio ao Brasil participar de simpósio bilateral sobre direito constitucional.

Segundo Marina, a ministra “demonstrou preocupações com relação aos direitos humanos, aos problemas sociais brasileiros e a projetos de preservação ambiental, especialmente na região amazônica”.



Senado votou 24 matérias em maio

PÁGINA 2

Jader pede rodízio na Comissão de Orçamento

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) pediu ontem, em plenário, esclarecimentos à Mesa sobre a falta de rodízio de parlamentares na Comissão Mista de Orçamento do Congresso. Segundo Jader, a renovação prevista na Resolução nº 1 do Congresso não vem sendo cumprida pela maioria dos partidos. "Aquele norma prevê que todos os anos a comissão tem de ser renovada em 50% e que um parlamentar não pode permanecer como membro por mais de dois anos, mas isto não está sendo seguido", disse o senador.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse considerar saudável o princípio do rodízio referido por Jader Barbalho, mas observou que as normas citadas pelo senador paraense haviam sido revogadas. "Não posso fazer cumprir uma resolução se ela está revogada", esclareceu o presidente da Casa.

Fiscalização e Controle marca depoimentos de autoridades

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) comunicou ao plenário uma série de convites feitos a integrantes do governo federal para prestarem esclarecimentos à Comissão de Fiscalização e Controle. As datas para o comparecimento das autoridades estão sendo definidas.

De acordo com o senador, o ministro da Aeronáutica, Walter Werner Bräuer, está sendo convidado a explicar licitações para o fornecimento de equipamentos ao Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

A paralisação de obras em rodovias federais e as denúncias de obras irregulares terão de ser explicadas pelo diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Genésio Bernardino.

O ministro do Orçamento, Pedro Parente, e o secretário-executivo, Martus Tavares, serão chamados a esclarecer como se dará a execução e o controle do Plano Plurianual (PPA) e os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Simon cobra competência nas exportações

Preocupado com as dificuldades impostas aos produtos brasileiros e com a invasão do mercado interno pelos importados, senador sugere postura mais agressiva na área

"Definitivamente, devemos ser mais competentes em negociações comerciais", afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao pedir que o Brasil assumira uma postura mais agressiva em seu comércio exterior. Ele mostrou que de 1990 a 1996 as exportações brasileiras para os Estados Unidos cresceram 9,84%, enquanto as importações aumentaram 59,53%.

Simon acha que o Brasil deve esforçar-se para levantar as barreiras impos-

tas pelos países desenvolvidos aos nossos produtos. "Assistimos impassíveis às dificuldades impostas às nossas exportações e à invasão de nosso mercado por mercadorias estrangeiras de péssima qualidade", acrescentou.

Conforme o senador, os empecilhos que vedam a entrada de produtos brasileiros nos países desenvolvidos consistem em tarifas altíssimas, mas também em barreiras não-tarifárias, como regulamentos sanitários e exigên-



Pedro Simon defendeu carga tributária menor

cias relacionadas com saúde animal. Em razão disso, produtos como aço, calçados, carne e produtos agrícolas em geral, especialmente frutas, açúcar, álcool, fumo e suco de laranja, não podem ser exportados.

Para estimular as exportações brasileiras, Pedro Simon sugeriu diminuir o chamado *custo Brasil*, reduzir os tributos incidentes sobre o produto nacional e ampliar financiamentos de longo prazo no setor exportador, entre outras providências.

Senado apreciou 24 matérias em maio

O projeto criando o Ministério da Defesa, de iniciativa do Executivo, foi uma das matérias aprovadas pelo plenário do Senado nesta semana (período de 31 de maio a 2 de junho). Durante o mês de maio, um total de 24 matérias foram apreciadas, entre elas uma proposta de emenda à Constituição, já enviada ao exame da Câmara dos Deputados: a que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. Outra matéria importante votada em maio é o projeto de lei complementar que disciplina os gastos com a folha de pessoal da União, estados, municípios e o Distrito Federal.

Nesta semana, a CPI do Judiciário reuniu-se para tomar os depoimentos dos juizes Ivan Dias Rodrigues, Dóris Castro Neves e Amélia Valadao, que confirmaram as denúncias de contratações sem licitação, desaparecimento de processos administrativos e superfaturamento nas obras do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, na gestão de José Maria de Mello Porto, de 1992 a 1994.

Já a CPI do Sistema Financeiro ouviu o procurador da República em Cascavel, no Paraná, que trouxe denúncias sobre a utilização de contas CC-5 para envio irregular de recursos ao exterior.

Adiada votação de projeto que define recursos do SUS

O Senado adiou para o próximo dia 23 a votação do substitutivo à proposta de emenda constitucional de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que dispõe sobre a destinação de recursos da União, estados e municípios para o Sistema Único de Saúde.

O requerimento de adiamento foi as-

Matérias apreciadas pelo Senado	
Maio de 1999	
Proposição aprovada e enviada à sanção	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	2
Projetos aprovados e enviados à Câmara	5
Escolha de chefes de missões diplomáticas	4
Escolha de autoridades	2
Emenda constitucional enviada à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	15
Propostas enviadas ao Arquivo	9
Total de matérias apreciadas	24

Em reunião realizada também nesta semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou mensagens presidenciais indicando quatro novos ministros para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), entre eles Eliana Calmon Alves, a primeira mulher a ocupar o cargo.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) elegeu seu novo presidente, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em substituição ao senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), novo líder do governo na Casa.

E a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) decidiu realizar audiência pública de balanço sobre o primeiro ano da privatização do sistema Telebrás, e deu pareceres favoráveis a projetos propondo a federalização de rodovias em Roraima.

Reunidas em sessão conjunta, a CCJ e a CAE resolveram conceder vista coletiva ao projeto que permite a negociação de títulos emitidos para pagar precatórios, operação que foi suspensa pela CPI que investigou o assunto em 1997.

sinado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) e outros parlamentares. Na ocasião, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, alertou para a inoportunidade dos adiamentos.

Na mesma sessão, o Senado aprovou requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) para permitir a trami-

tação conjunta dos projetos de lei nºs 87 e 239/99, por versarem sobre a aplicação de recursos oriundos das privatizações.

Foi também aprovado o texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul.

Almeida Santos quer reforma na instituição parlamentar

A democracia representativa corre o risco de rupturas provocadas pelos movimentos sociais caso não se adapte ao cenário de globalização econômica e salto tecnológico da informação. Foi o que disse em entrevista à TV Senado ontem o presidente da Assembleia Nacional de Portugal, deputado António de Almeida Santos. Na terça-feira, o deputado português fez pronunciamento no plenário do Senado.

Santos explicou que esses dois fenômenos estão provocando crescimento da democracia direta, ou seja, da influência nas decisões políticas por meio de canais que não os parlamentos. "Precisamos nos preparar e evitar uma catástrofe." Segundo o deputado, as instituições parlamentares sofreram poucas reformas desde que ganharam as atuais feições, ainda no século XVIII. "Essas mudanças é que deveremos discutir nos nossos próximos contatos", informou o deputado.

Durante a visita oficial ao Congresso Nacional, o presidente da Assembleia de Portugal ficou bastante impressionado com o serviço 0800 *Voz do Cidadão*, prestado pelo Senado Federal, que possibilita a qualquer brasileiro emitir opiniões sobre a vida do país, além de fazer críticas e sugestões, sem cobrança de tarifa. António de Almeida Santos disse que vai estudar a implantação de sistema semelhante no Parlamento português.



QUINTA-FEIRA, 3 DE JUNHO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Senadores que integram a CPI do Sistema Financeiro começaram a investigar denúncias de irregularidades em remessas de dinheiro para o exterior

Procurador diz que BC foi omissivo na fiscalização das contas CC-5

Para Celso Antônio Três, que levantou indícios de lavagem de dinheiro em remessas para o exterior, houve “conivência” do Banco Central

O procurador da República em Cascavel (PR), Celso Antônio Três, acredita que o Banco Central (BC) foi omissivo na fiscalização de contas CC-5, utilizadas por pessoas não residentes no Brasil para enviar dinheiro ao exterior. “Não tenho dúvida quanto à conivência do Banco Central”, disse o procurador ontem aos senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no sistema financeiro.

Segundo Celso Três, que identificou indícios de lavagem de dinheiro “sujo” e a utilização de “laranjas” como titulares desse tipo de conta, o BC conta com mecanismos para evitar o uso inadequado das CC-5, já que, desde 1992, existe resolução do Conselho Monetário Nacional que determina o registro diário das movimentações dessa natureza. Desde então, o BC enviou 322 representações ao Ministério Público para investigar as contas, quase todas referentes a pessoas físicas.

– O Banco Central poderia notificar o

Celso Antônio Três afirma que BC tem como fiscalizar



Ministério Público durante a operação da conta, mas o faz depois do leite derramado – reclamou o procurador, que registrou que as contas de “laranjas” têm vida efêmera, de dois a quatro meses. Ao relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), Celso Três disse não conhecer qualquer penalidade que tenha sido aplicada, nem a abertura de processos para cassar autorização de bancos para operar as CC-5.

Segundo o procurador, o BC sempre

soube das irregularidades, mas tem uma ótica “puramente monetária” e não se preocupa se o dinheiro vem de atividades legais ou de, por exemplo, traficantes.

– No BC não há visão ética, moral ou jurídica – completou o senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Celso Três afirmou ainda que, quando solicitou informações sobre contas CC-5 no Paraná ao BC, enfrentou dificuldades. Ele disse ao senador Jader Barbalho (PMDB-PA) que instaurou processo por prevaricação (crime de funcionário público que retarda, omite ou se vale de benefício graças a sua função) contra funcionários do BC no estado.

Jader e o procurador lembraram que a nova legislação contra a lavagem de dinheiro, aprovada em março do ano passado e regulamentada este ano, também dá ao BC instrumentos para evitar o envio de recursos de origem suspeita para fora do país por meio das contas CC-5.

Metade do dinheiro pode ser irregular

Durante as investigações sobre contas CC-5, o procurador da República em Cascavel (PR), Celso Antônio Três, constatou que cerca de R\$ 7,5 bilhões foram remetidos ao exterior por pessoas físicas e mais de R\$ 100 bilhões por pessoas jurídicas nos últimos sete anos. Desse montante, o procurador suspeita que pelo menos metade do dinheiro tenha origem suspeita e pode ser fruto de ilícitos como tráfico de drogas, corrupção e contrabando, entre outros.

Somente entre as pessoas físicas, Celso Três avalia que pelo menos R\$ 5 bilhões foram enviados ao exterior por “laranjas”, ou seja, titulares de conta cor-

rente de fachada que não são os responsáveis pela movimentação do dinheiro. Entre as empresas e instituições financeiras o procurador também diz ter encontrado indícios de irregularidades.

– Há bancos que mandam para o exterior valores superiores a seus ativos. É evidente que há problemas – afirmou o procurador, durante a parte de seu depoimento que foi aberta ao público. O depoente citou ainda a existência de firmas de *factoring* e outras empresas que movimentam somas vultosas sem ter como justificar o faturamento.

Durante seu depoimento, o procurador atribuiu à CPI dos Precatórios a pos-

sibilidade de as contas estarem sendo investigadas hoje, pois naquela investigação foi identificado que a região de Foz do Iguaçu (PR), divisa com o Paraguai, é uma das principais portas de passagem de dinheiro de origem duvidosa.

Celso Três informou que a movimentação de dinheiro diária passou a ser de R\$ 28 milhões depois de o Banco Central autorizar, em maio de 1996, que instituições financeiras paraguaias abrissem contas CC-5 em bancos brasileiros em Foz do Iguaçu. Mas, continuou, o dinheiro também passa entre Foz e Ciudad del Este, no Paraguai, através de carros-forte, sem que haja a devida fiscalização.

Requião vê Brasil como maior paraíso fiscal do planeta

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), a falta de fiscalização das contas CC-5 faz com que o Brasil se torne o “maior paraíso fiscal do planeta”. O senador, que foi o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a emissão irregular de títulos públicos para o pagamento de precatórios judiciais, narrou ontem aos senadores da CPI do Sistema Financeiro como a lavagem de dinheiro por intermédio de contas CC-5 é feita no Paraguai.

Segundo o senador, carros-forte do Paraguai cruzam a Ponte da Amizade, entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu (PR), e depositam não apenas dinheiro gasto por brasileiros naquele país, mas dinheiro de origem irregular. Dessa forma, esses recursos são depositados em contas CC-5 de instituições financeiras paraguaias no Brasil. A partir daí, disse,



Roberto Requião

o dinheiro volta para o Paraguai e, quando retorna ao banco brasileiro, “em até 15 minutos”, vem como investimento estrangeiro, “sem origem confessa e com todas as isenções possíveis”.

Durante a reunião da CPI que ouviu o depoimento do procurador Celso Antônio Três, Requião insistiu em afirmar que esse mecanismo foi criado por “aquele americano chamado Arminio Fraga”, quando diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, durante o governo de Fernando Collor. “O dinheiro volta como dinheiro quente”, lamentou o senador.

Requião informou que, enquanto foi governador de seu estado, mandou fechar todas as contas CC-5 no Banco do Estado do Paraná (Banestado), depois de ter identificado, em Ponta Porã (MS), um vendedor de cachorro-quente que movimentou R\$ 2,5 milhões.

Celso Três sofreu atentado por investigar extorsão

A pedido do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o procurador da República em Cascavel (PR), Celso Antônio Três, revelou aos senadores da CPI do Sistema Financeiro que sofreu atentado no Paraná. Ele disse que seu carro foi atingido por disparo de arma calibre 12, mas observou que o evento tem vinculação com outra investigação, sobre a extorsão institucionalizada praticada contra “sacoleiros” brasileiros que trazem mercadorias contrabandeadas do Paraguai.

Nesse inquérito, Celso Antônio Três comunicou que, segundo as denúncias, agentes da Polícia Civil do Paraná praticam a extorsão a pretexto de fiscalizar contrabando, o que é atribuição da Receita Federal, e sob o argumento de que estão procurando armas ou drogas. O delito, continuou, conta com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal, que, baseada no Código de Trânsito, ameaça motoristas com a perda da habilitação ou com pesadas multas.

Remessas cresceram desde 1989

As contas CC-5, que estão sendo investigadas pela CPI do Sistema Financeiro, foram criadas pela Carta Circular nº 5 (daí o nome), do Banco Central (BC), de 1969, possibilitando que pessoas não residentes no Brasil abrissem contas correntes em instituições financeiras do país. Nos 20 anos que se seguiram, a utilização desse mecanismo foi pequena, já que era limitado apenas para remessa das sobras do dinheiro que entrava no país e não era sacado ou gasto. Nessa fase, apenas estrangeiros a serviço no Brasil, como diplomatas, abriam contas CC-5, movimentando somas irrelevantes.

Em 1989, com a mudança da política cambial, essas contas começaram a ser mais utilizadas. O BC passou a permitir que instituições financeiras no exterior abrissem contas CC-5 no país para receber depósitos em moeda nacional (real), transformá-los em dólar e enviá-los para fora do Brasil. Dessa maneira, o mercado de dólar paralelo foi esvaziado.

Como não há necessidade de identificar a origem do dinheiro que entra no Brasil por meio dessas contas, o volume movimentado aumentou muito, principalmente nos últimos anos. Somente em 1992 o Conselho Monetário Nacional determinou que os correntistas fossem identificados.

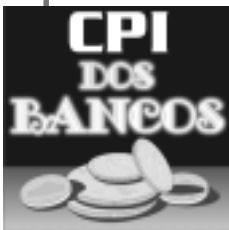
Porém, em maio de 1996 o BC permitiu que agências bancárias em Foz do Iguaçu (PR) aceitassem depósitos em contas CC-5 sem identificação de origem, a pretexto de receberem os reais gastos por brasileiros em Ciudad del Este e, posteriormente, remetê-los de volta a instituições financeiras no Paraguai. Esse problema acabou sendo identificado pela CPI dos Precatórios, em 1997, e passou a ser investigado pelo Ministério Público e pela CPI do Sistema Financeiro.

A utilização das contas CC-5 também foi questionada pelos senadores a partir do depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, ao identificarem que esse instrumento serve para evitar a tributação. Os recursos que retornam ao país por meio de contas CC-5 são vistos como investimentos estrangeiros, isentos de impostos e sem identificação de origem.

Investigação do Proer começará na próxima semana

Estão convocados a depor oito dirigentes de instituições bancárias que foram liquidadas ou tiveram seus ativos assumidos no âmbito do programa de reestruturação do sistema financeiro e sete proprietários de bancos que as adquiriram

Arruda quer saber origem de R\$ 600 milhões remetidos pelos bancos Marka e FonteCindam



A informação de que os bancos Marka e FonteCindam remetiam entre 1992 e 1998 mais de R\$ 600 milhões para o exterior, por meio das contas

CC-5, foi, segundo o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), a mais importante revelação do depoimento do procurador da República, Celso Antonio Três, à CPI do Sistema Financeiro. O vice-presidente da comissão disse que o envio pelo Banco Central das informações completas sobre essas operações poderá dar elementos importantes para as conclusões da CPI.

– O que queremos saber é de quem era esse dinheiro e quem o recebeu no exterior, até porque parte dele pode ser usada em um possível ressarcimento dos prejuízos públicos. A informação trazida pelo procurador é grave e relevante, tem que ser levada em consideração – argumentou Arruda.

A CPI vai querer, de acordo com Arruda, o cadastro completo das contas CC-5. O senador acredita que até a próxima segunda-feira os dados envi-



Arruda: parte do dinheiro pode ser usada no ressarcimento dos prejuízos públicos



Jader Barbalho: escandalizado com revelações feitas pelo procurador à CPI

ados pelo BC terão sido analisados. Por enquanto, pensa o vice-presidente da CPI, “é cedo para dizer se os bancos enviavam recursos próprios ou de terceiros”.

– Não dá ainda para dizer se o dinheiro era dos bancos, de seus controladores ou de clientes. O que tem que ficar claro é que as contas CC-5 estão sendo usadas para lavagem e remessa de dinheiro ilegal para o exterior. De posse destas informações é que poderemos avaliar se nesses R\$ 600 milhões há dinheiro duvidoso – disse.

Para o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), as informações do procurador Celso Antonio Três “estimulam a CPI a buscar dados complementares junto ao Banco Central sobre a remessa de recursos ao exterior”. Jader disse que ficou escandalizado com algumas revelações, entre elas a de que uma empresa de *factoring* teria movimentado R\$ 1 bilhão durante seis anos.

– São informações gravíssimas, que precisam ser investigadas – frisou o líder do PMDB.

Identificação de correntistas poderia reduzir irregularidades

Questionado pelos senadores da CPI do Sistema Financeiro, o procurador da República em Cascavel (PR), Celso Antônio Três, afirmou ontem que, se o Banco Central (BC) cumprisse resolução do Conselho Monetário Nacional que determina a identificação dos correntistas que remetem acima de R\$ 500 mil para o exterior por meio de contas CC-5, a maioria das irregularidades estaria resolvida.

Entre as sugestões dadas ao senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para acabar com a lavagem de dinheiro pela utilização de contas CC-5, o procurador disse que o BC deve acionar o Ministério Público assim que receber as informações *on lines* sobre as movimentações suspeitas. Para Celso Três, o BC não usa os instrumentos que tem à disposição por seguir uma política institucional que privilegia apenas a parte monetária. A omissão do BC, continuou, faz com que a denúncia seja apurada depois de a conta ter sido encerrada, o que torna as investigações mais difíceis.

O representante do Ministério Público afirmou, em resposta ao senador Ja-



Lúcio Alcântara pediu sugestões para acabar com a lavagem de dinheiro pelas contas CC-5

der Barbalho (PMDB-PA), que é preciso rastrear o dinheiro para chegar ao remetente de recursos para o exterior e que é fácil processar o “laranja”, que aparece como titular da conta CC-5. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse, também, que é preciso processar os “laranjas” para que as pessoas saibam que abrir contas a pedido de terceiros pode envolvê-las em crimes. Diante dos dados apresentados pelo pro-

curador, o senador fluminense observou que o BC deveria intensificar sua ação fiscalizadora no oeste do Paraná.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente da CPI, perguntou ao procurador que rumo as investigações deveriam tomar, e recebeu a resposta de que a primeira providência é checar se o dinheiro movimentado na conta CC-5 foi declarado pelo correntista à Receita Federal. Da mesma forma, ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP) Celso Três disse que a Receita precisa ter acesso aos dados apurados pelo BC. Assim, segundo ele, pode ser feito um cruzamento de dados que identifique ganhos inexplicados. “Temos que destrinchar isso”, disse Alcântara.

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), o BC deve restringir a autorização para bancos operarem contas CC-5. Segundo ele, como é feito hoje, uma agência bancária em Quixeramobim (CE) ou Xanxerê (SC) pode abrir contas desse tipo. Requião também sugeriu que seja proibido o trânsito de carros-forte pela fronteira do Brasil para fazer depósitos.

A CPI do Sistema Financeiro começará a investigar na próxima semana a injeção de recursos públicos no programa de reestruturação do sistema financeiro, o Proer. Este é um dos oito itens do requerimento de criação da CPI, proposta pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

Requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), aprovado ontem, convoca oito dirigentes de instituições ban-

cárias que foram liquidadas ou tiveram seus ativos assumidos no âmbito do Proer e sete proprietários de bancos que adquiriram instituições financeiras saneadas com recursos do programa.

Na próxima quarta-feira, a CPI ouvirá o ex-senador José Eduardo Andrade Vieira, ex-proprietário do Banco Bamerindus, adquirido pelo HSBC, cujo presidente, Michael Francis Geoghegan, prestará depoimento no dia seguinte.

Relatório parcial é adiado para incluir mais informações

O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), informou ontem que o relatório parcial sobre a operação de ajuda aos bancos Marka e FonteCindam só será divulgado na próxima semana. O relator aceitou os argumentos dos senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Emilia Fernandes (PDT-RS), responsáveis pela análise dos dados decorrentes da quebra dos sigilos bancário e telefônico dos envolvidos no episódio.

– Os senadores pediram que eu adiasse a divulgação do relatório para incluir informações relativas aos sigilos – explicou João Alberto.

Eduardo Siqueira Campos afirmou que é fundamental a inclusão desses dados no relatório parcial. Ele admite até que, com isso, a divulgação das conclusões do caso Marka-FonteCindam pode não ser feita na próxima semana.

– Externamos ao relator que seria mais prudente que o relatório contives-

se todo o trabalho relativo aos sigilos telefônico e bancário. A ausência desses dados poderia passar a idéia de um trabalho incompleto. Não adianta pressionarmos pela divulgação do relatório na próxima semana, se não tivermos o resultado do cruzamento dos dados – observou.

A senadora Emilia Fernandes, responsável pela análise dos dados revelados pela quebra do sigilo telefônico, disse que a CPI deve reiterar pedido de informações às empresas de telecomunicações, com vistas a sua complementação. Segundo a senadora, não foram fornecidos dados completos sobre ligações feitas para o exterior.

Além disso, o relatório poderá conter informações sobre a remessa de recursos ao exterior através das contas CC-5, conforme o depoimento de ontem do procurador da República Celso Antonio Três. “Vamos procurar discutir esta questão, que poderá enriquecer o relatório”, frisou João Alberto.

Suplicy defende CPI mista para investigar grampos

A instalação de uma comissão mista parlamentar de inquérito para apurar as razões da violação do sigilo telefônico do presidente da República, de alguns dos seus auxiliares diretos e de ocupantes de cargos de direção de entidades da administração pública foi proposta ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aos líderes e senadores da base governista.

O senador por São Paulo afirmou que a intenção da oposição é esclarecer uma série de pontos, como quem mandou, quem realizou e quem organizou a divulgação dos grampos telefônicos. Suplicy informou que proposta no mesmo sentido está sendo feita na Câmara pelo deputado Miro Teixeira (PDT-RJ).

Mesmo considerando importante o fato de a imprensa ter divulgado para o país o conteúdo das gravações clandestinas, Eduardo Suplicy registrou



Eduardo Suplicy propõe aos líderes da base governista apuração da escuta telefônica

que os grampos constituem um procedimento ilegal e que precisam ser objeto de apuração. Ele lembrou que no ano passado, quando surgiram as primeiras fitas de conversas sobre a privatização da Telebrás, pediu que fosse feito um rastreamento nas linhas telefônicas do Senado. Nenhuma escuta foi encontrada.

CAE aprova indicação de Mércio Felsky para o Cade

Conselheiro promete combater as práticas contrárias à concorrência, principalmente as de conduta, "exercidas por empresas que, detendo posição dominante, cometem infrações à ordem econômica"

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a recondução de Mércio Felsky ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A matéria vai agora à apreciação do plenário do Senado.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi o principal responsável pela colocação em pauta da mensagem com a indicação de Mércio Felsky para ocupar o cargo de conselheiro no Cade, argumentando que o órgão não está votando processos há mais de duas semanas por falta de *quorum*.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da matéria, enalteceu as qualidades profissionais de Mércio Felsky com destaque para sua experiência, uma vez que já exerceu o cargo de conselheiro do Cade.

Em sua breve exposição, Mércio Felsky afirmou que, como conselheiro, irá combater as práticas anticoncorrenciais, principalmente as de conduta, "exercidas por empresas que, detendo posição dominante, cometem infrações à ordem econômica".

O Cade é uma autarquia ligada ao Ministério da Justiça, sendo responsável pela prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.



Mércio Felsky (E), ao lado de Suassuna e Lobão, fala na Comissão de Assuntos Econômicos

Suassuna cobra relatórios do BC

Uma das primeiras medidas adotadas pelo novo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Ney Suassuna (PMDB-PB), eleito na terça-feira, foi enviar ofício ao Banco Central solicitando que os relatórios daquela instituição sejam remetidos o mais rápido possível à comissão. O senador lembrou que os relatórios do BC, por força de lei, têm que ser encaminhados mensalmente à comissão e disse que alguns estão com atraso de até um ano.

– A CAE não abre mão de ter todas as informações sobre o Banco Central – ressaltou

Ney Suassuna, ao lembrar o papel dos senadores de zelar pela legislação. "A legislação tem que ser cumprida e os membros da comissão têm que saber de tudo o que ocorre dentro do sistema, evitando que mais tarde sejam apanhados de surpresa", afirmou.

Suassuna informou, também, que a CAE está fazendo um levantamento em todos os estados brasileiros a fim de detectar sua real situação, com o objetivo de ter uma idéia geral da economia, além de abastecer o Tesouro Nacional e o próprio Banco Central com informações precisas.

Gesner Oliveira e Cláudia Costin serão ouvidos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai ouvir, nos próximos dias, em data ainda a ser marcada, o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Gesner Oliveira. Conforme informou o presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a presença de Gesner Oliveira é vital para que os senadores possam ter as informações e esclarecimentos sobre a atuação do órgão. A comissão deverá, também, ouvir a secretária de Administração e do Patrimônio, Cláudia Costin.

A iniciativa de convidar o presidente do Cade partiu do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o qual ressaltou que o conselho é considerado um dos órgãos mais importantes do país. O senador quer esclarecimentos de Gesner sobre vários assuntos da área de atuação do Cade.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apoiou o convite feito ao presidente do Cade e solicitou que na mesma ocasião compareçam, também, todos os conselheiros. Para o senador, é necessário fortalecer e apoiar politicamente o Cade uma vez que, a seu ver, a instituição desempenha um importante papel.

ACUSAÇÕES CONTRA O GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO NORTE

Fernando Bezerra diz que recursos de privatização foram usados em obras

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) ocupou a tribuna, ontem, para defender o governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho, de denúncias feitas na semana passada pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que havia acusado o chefe do Executivo estadual de ter cometido irregularidades em sua administração.

As principais denúncias apresentadas por Geraldo Melo foram o pagamento antecipado e o não recebimento de merenda escolar para a rede pública do estado e a utilização dos recursos obtidos com a privatização da Companhia de Serviços Energéticos do Rio Grande do Norte (Cosern), dos quais, segundo Geraldo Melo, seis meses depois, "passadas as eleições, não existia mais nada".

De acordo com Fernando Bezerra, o resultado líquido do leilão da Cosern foi de R\$ 526 milhões. Ele disse que estes recursos foram aplicados em despesas com a própria privatização (R\$ 8,6 milhões), pagamento de adiantamento à Eletrobrás (R\$ 15 milhões), dívida pública (R\$ 160 milhões), investimentos (R\$ 324,2 milhões), despesas com o programa da seca (R\$ 4,6 milhões) e despesas com pessoal até dezembro de 98 (R\$ 39 milhões).

Entre as obras em que o governo investiu parte dos recursos da privatização da Cosern, Fernando Bezerra citou o programa de abastecimento de água,



Fernando Bezerra esclareceu que não falava como líder do governo

considerado por ele o maior já produzido no Brasil. Ele citou também a construção de poços tubulares, a edificação de dez mil casas de tijolo, a pavimentação de 200 quilômetros de estradas, contrapartida nas frentes de trabalho, saneamento básico, transportes e obras públicas, turismo, segurança pública e saúde.

Lembrando que a Cosern foi criada em 1965 e privatizada em dezembro de 1997, Fernando Bezerra disse que, de acordo com registros da imprensa do estado, a companhia de eletricidade

passou a registrar prejuízos sucessivos a partir de 1985. Fernando Bezerra registrou que logo no início do seu governo, Garibaldi Filho encomendou uma investigação ao BNDES para verificar a real situação da Cosern. Ao final do trabalho, informou o senador pelo PMDB, os auditores chegaram à conclusão de que se o estado quisesse vender a empresa naquele instante teria que repassar ao pretense comprador um montante de R\$ 69 milhões, em razão dos prejuízos acumulados e dos compromissos pendentes.

Quanto à merenda escolar, Fernando Bezerra esclareceu que, quando tomou conhecimento da denúncia, Garibaldi Filho instituiu uma comissão especial de sindicância. O senador completou que as falhas administrativas foram corrigidas e os produtos entregues. "Quem conhece Garibaldi sabe que ele é um homem sério e honesto", disse.

Geraldo Melo pergunta se discurso é sugestão para deixar base governista

Ao apartear o senador Fernando Bezerra, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) perguntou-lhe se seu discurso significava uma sugestão para que se desligasse da base governista. Bezerra é líder do governo no Senado.

Geraldo Melo disse que considerava impossível Fernando Bezerra separar sua condição de líder do governo do discurso que estava fazendo. Acrescentou que, como membro da bancada governista, estava se sentindo exposto a um constrangimento pelo qual achava que não devia passar.

Respondendo a Geraldo Melo, Fernando Bezerra repetiu que seu pronunciamento não tinha sido feito como líder do governo, mas como representante do Rio Grande do Norte.

Em um dos vários apartes que fez, Geraldo Melo disse que não negava a construção de vários quilômetros de adutoras pelo governo do Rio Grande do Norte, mas ressaltou que existem outras centenas de canos de adutora armazenados na entrada de vários municípios, onde sequer existem projetos para a chegada da água.

Quanto à merenda escolar, que teria sido paga e não entregue, o senador pelo PSDB disse que apesar de o governo ter feito uma sindicância, o resultado nunca foi divulgado. Geraldo Melo afirmou que apenas quando foi instalada uma CPI, "contra a vontade de Garibaldi", é que se chegou a alguma providência.



Geraldo Melo disse que estava sendo exposto a constrangimento

Em outro aparte, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) argumentou que a passionalização das questões da "provincia" não deveria interferir no relacionamento no Senado. Para ele, Fernando Bezerra cumpriu o seu papel ao defender o governador. "Ficaria mal se, como representante do Rio Grande do Norte, companheiro de partido, Vossa Excelência respondesse com o silêncio ao pronunciamento de Geraldo Melo."

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) aconselhou que o debate entre os dois senadores não alterasse o respeito e a amizade que um sente pelo outro. Ele sugeriu que os dois encerrassem a discussão, dessem um abraço e fossem cuidar de resolver os problemas do Brasil.

O senador José Agripino (PFL-RN) pediu que Fernando Bezerra defendesse a prorrogação do prazo de uma CPI que está investigando a aplicação dos recursos da companhia de energia elétrica do estado. Ele informou que existe uma manobra patrocinada pelo governo para acabar com a investigação. Bezerra respondeu que não lhe cabia fazer tal apelo, mas que levaria o assunto ao governador.

Por último, o senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, disse, em nome do seu partido, que jamais aceitaria a saída de Geraldo Melo da bancada governista. Fernando Bezerra respondeu que, se fosse o caso, ele próprio deixaria a liderança do governo.

ACM acredita em reforma do Judiciário ainda em 99

Presidente do Senado considera “bom” o relatório do deputado Aloysio Nunes Ferreira e “democrática mas com marca corporativista” a reação da Ordem dos Advogados do Brasil às mudanças

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem que o Congresso Nacional poderá fazer a reforma do Judiciário até o final deste ano. Ele considerou “bom” o relatório elaborado pelo deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), relator da Comissão Especial de Reforma do Judiciário na Câmara, e discordou da reação negativa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que qualificou de “democrática, mas com uma marca corporativista”.

Antonio Carlos disse que a reação inicial do ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que criticou a proposta de extinção da Jus-



Antonio Carlos disse que as conclusões da CPI contribuirão para aperfeiçoar o Judiciário

tiça do Trabalho, também lhe pareceu equivocada.

O senador afirmou ainda que as conclusões da CPI do Senado desti-

nada a apurar irregularidades cometidas por integrantes do Judiciário irão contribuir e serão importantes para a reforma desse Poder.

Senador prevê revisão de sentença sobre Previdência

A decisão da Justiça Federal de São Paulo anulando a emenda que introduziu a reforma da Previdência por vícios de tramitação no Congresso Nacional será revista pelos tribunais superiores, previu ontem o pre-

sidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele acrescentou:

– A decisão de primeira instância deve ser modificada. Aliás, isto já está se tornando comum, porque os juízes não examinam deti-

damente as matérias, e quando o assunto sobe à apreciação dos tribunais superiores, aqueles que são mais experientes terminam por modificar as sentenças de primeira instância – afirmou.

“Povo não aceita movimento da oposição”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que a tentativa dos partidos de oposição de iniciar um movimento pelo *impeachment* do presidente da República é uma atitude destrutiva, que não tem apoio po-

pular, e terminará por ajudar Fernando Henrique.

– O povo não aceita, porque o povo é que é a maior vítima – afirmou.

O senador acrescentou que a iniciativa oposicionista está condenada ao fracasso, até mesmo por incompetência

dos que a coordenam.

– Eu acho isso engraçado. Acho que a oposição quer é ajudar o presidente Fernando Henrique, porque a melhor maneira de fazê-lo retomar sua popularidade é dar-lhe golpes – concluiu.

Roberto Saturnino sugere novo esquema de trabalho nas comissões

“Não é possível viver na correria de uma comissão para outra”, queixou-se ontem o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), ao registrar as dificuldades que os parlamentares enfrentam em razão do excesso de compromissos que estão sendo obrigados a cumprir ao mesmo tempo. Ele disse que a correria da manhã de ontem foi um exemplo disso e pediu providências da Mesa do Senado para o problema.

Conforme Saturnino, está completamente impossível para um senador participar de mais de uma comissão permanente de uma forma “minimamente eficaz e responsável”. Ele disse que é comum o senador deixar uma comissão com os trabalhos pelo meio e chegar em outra quando os debates já estão iniciados. O parlamentar entende que o problema poderá ser resolvido se o Senado deci-

dir trabalhar normalmente nas quintas e nas sextas-feiras.

– Ou o Senado resolve efetivamente trabalhar nesses dois dias ou que se mude o Regimento Interno para que o senador só participe de uma comissão permanente – aconselhou Saturnino. Ele anunciou que pretende escolher apenas uma comissão para

ficar como titular permanente, desligando-se das outras.

Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) solidarizou-se com a preocupação de Saturnino, mas explicou que é uma prerrogativa dos presidentes e membros das comissões a definição dos horários de trabalho.

Roberto Saturnino recomendou trabalho normal nas quintas e nas sextas-feiras



Álvaro Dias defende redução de cadeiras no Poder Legislativo

Ao registrar estudo realizado pela Unesco que detectou o descrédito entre os jovens cariocas na democracia e nas instituições, e citar pesquisa publicada na revista *Época* de 24 de maio que apurou o péssimo conceito que a população tem sobre os políticos, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) defendeu uma redução no número de cadeiras na Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras de vereadores.

Pela proposta do senador, haveria uma redução em 21% das cadeiras na Câmara dos Deputados, 35% nas assembleias legislativas e 15% nas câmaras de vereadores. Ele acredita que, dessa forma, serão eliminadas as distorções da representatividade hoje existente, em que alguns estados proporcionalmente têm mais representantes que outros.

Estimando uma economia direta de R\$ 700 milhões por ano com a medida – que seriam suficientes para a geração de 300 mil empregos anuais no campo –, Álvaro Dias acrescentou que a redução do número de representantes significaria a valorização da classe política e do Poder Legislativo em particular, e a possibilidade de retomada da credibilidade popular.

Segundo Álvaro Dias, apenas o estado de São Paulo não teria o seu número de vagas reduzido na Câmara de Deputados. Ele acrescentou que sua proposta não pretende ser contra ou a favor de nenhum estado, nem tem como objetivo prejudicar vereadores ou deputados, mas visa a busca de um Legislativo “mais forte, representativo, qualitativo e acreditado na opinião pública brasileira”.

O senador mencionou dados da pesquisa publicada pela *Época*, informando que 82% das pessoas ouvidas afirmaram que os políticos são preguiçosos; 82%, que são irresponsáveis, e 91%, que são desonestos. Para 91% dos entrevistados, os políticos “não são de confiança”; 88% os chamaram de injustos, e 71%, de incompetentes. Por outro lado, apenas 6%

afirmaram que a melhor descrição para os políticos é que eles são honestos.

Sobre o estudo da Unesco, Álvaro Dias registrou o fato de os jovens não estarem mais acreditando na democracia. Ele disse que 21% dos adolescentes das classes populares entre 15 e 20 anos consideram a ditadura o melhor regime de governo. Os indiferentes sobre o assunto atingiram 6,9% e 36,6% não souberam responder. Apenas 35,5% defenderam com convicção a democracia.

– O resultado é preocupante, mostra que há no Rio de Janeiro



Álvaro Dias disse que a redução do número de representantes significaria a valorização da classe política

um caldo de cultura favorável a qualquer tentativa ou ação antidemocrática que venha a ter apoio popular. Revela mais que insatisfação, uma enorme indignação da juventude – afirmou Álvaro Dias.

Em aparte, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) sugeriu a redução da duração do mandato dos senadores de oito para quatro anos.

QUORUM

No início de seu pronunciamento, Álvaro Dias fez um apelo para que a Mesa do Senado encontre uma solução visando compatibilizar o trabalho das comissões parlamentares de inquérito com o funcionamento das comissões técnicas. Ele registrou que na manhã de ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não obteve *quorum* para funcionar porque os senadores estavam participando da reunião da CPI do Sistema Financeiro.

Ademir defende programa de educação a distância

Senador paraense tem mantido contato com ministros para apoiar uso do Sivam na implantação do Projeto de Interligação em Rede das Universidades e dos Campi do Interior da Amazônia

Expressando seu integral apoio ao Projeto de Interligação em Rede das Universidades e dos Campi do Interior da Amazônia, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) anunciou ontem que terá audiência, acompanhado pelo reitor da Universidade Federal do Pará, Cristovam Diniz, com o ministro Extraordinário de Projetos Especiais, embaixador Ronaldo Sardenberg, para tratar do assunto. O senador informou que já esteve reunido, com o mesmo objetivo, com os ministros da Defesa, Elcio Alvares, e da Aeronáutica, Walter Werner.

Ademir explicou que os reitores da região amazônica, percebendo a diferença que existe entre os investimen-

tos em educação na região e nos estados desenvolvidos, idealizaram uma forma de resolver o problema da falta de recursos usando a educação a distância, integrando-se com o aluno em tempo real. Para isso, deverá ser utilizado o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que está sendo implantado.

Segundo o senador, o objetivo básico do projeto, que atenderá inicialmente 62 municípios de toda a região, é criar uma rede de comunicação via satélite que permita a integração dos sistemas de informação das universidades da Amazônia, possibilitando a implantação do ensino a distância, a realização de pesquisas e a troca de informações científicas. Para dar uma idéia da

importância do projeto, Ademir apresentou dados que demonstram o quanto a região Norte está distante em matéria de educação das regiões mais desenvolvidas do país.

— Em relação ao ensino fundamental, o número de professores com formação superior na região Sudeste é uma vez e meia superior ao número de professores com formação de segundo e primeiro grau. Este último quase inexistente. Já na região Norte, vê-se quase o inverso. Dos pouco mais de 100 mil professores existentes, apenas 17% têm formação superior; 23% têm apenas o 1º grau e os outros 60% possuem o 2º grau. É uma diferença qualitativa brutal, que precisa ser vencida na minha região — afirmou.

A formalização da proposta, explicou Ademir Andrade, se dará por meio de um acordo de cooperação técnica e científica entre o Ministério Extraordinário de Projetos Especiais e a Universidade Federal do Pará, com a interveniência da Fundação Capes e a coordenação do Sivam e da Comissão para a Implantação do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Em aparte, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Edison Lobão (PFL-MA), Ramez Tebet (PMDB-MS), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Romero Jucá (PSDB-RR) apoiaram a iniciativa de Ademir Andrade.



Ademir diz que região amazônica precisa superar distância em relação às mais adiantadas na área de educação

Maguito Vilela apóia reivindicações das Santas Casas

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou seu apoio à luta da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filan-



Maguito endossa "pedido de socorro" das Santas Casas ao governo federal

tropicas, que lançou no fim de maio, em Brasília, a campanha "Operação Salva Vidas". Ele ressaltou que, para que as Santas Casas e os hospitais filantrópicos prossigam na sua missão de prestar serviços à população carente, o governo federal precisa atender com urgência suas reivindicações.

Segundo Maguito Vilela, os representantes das entidades reivindicam do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência, "como um verdadeiro pedido de socorro", o imediato reajuste das tabelas do SUS; a criação de uma linha

de financiamento, com juros subsidiados, para o saneamento das finanças dos hospitais; e a revisão do decreto que estabelece critérios para a isenção tributária das entidades filantrópicas.

O senador disse que, embora os ministros José Serra, da Saúde, e Waldeck Ornelas, da Previdência, estejam receptivos à negociação com os representantes das Santas Casas e dos hospitais filantrópicos, ainda não apresentaram nenhuma solução. Resaltou que essas instituições existem há muitos anos, pois "há cerca de 400 anos já se instalavam as primeiras Santas Casas de

Misericórdia".

Para dar uma idéia do que representam as Santas Casas para a política pública de assistência à saúde, Maguito Vilela informou que em todo o país existem 2.600 entidades, representando mais de 50% dos serviços prestados ao SUS, sendo responsáveis por 600 mil internações e 1,2 milhão de consultas mensais, e que 450 mil pessoas são empregadas pelo conjunto dessas entidades.

— Com a possível falência do sistema, a maioria dessas pessoas naturalmente corre o risco de ir para a rua, piorando ainda mais o já gravíssimo quadro de desemprego que reina no país. Por isso apelo, principalmente, ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Este é um problema de alta gravidade. Estamos falando de vida e de morte, que será o destino de milhares de pessoas se as Santas Casas cessarem o atendimento — concluiu o senador.



Silva Júnior assume durante licença de Ronaldo

O suplente Silva Júnior (PMDB-PB) assumiu ontem uma cadeira no Senado, em decorrência do pedido de licença apresentado pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) para tratamento de saúde. Vítima de acidente vascular cerebral, Ronaldo está fazendo fisioterapia, devendo retornar após 125 dias.

No discurso de posse, Silva Júnior, que é empresário, disse que não exerce a política em tempo integral nem faz dessa atividade um sacerdócio. Mas ressaltou sua grande vontade de participar da vida pública, para o desenvolvimento do Brasil e da Paraíba.

Sobre o Nordeste, o senador afirmou que o corte feito pela União nos benefícios fiscais, sem levar em conta as desigualdades regionais, afeta 40 milhões de brasileiros. Ele sugeriu temas para uma agenda mínima de discussão, como o combate à desnutrição; as perdas da Paraíba com o Fundo de Estabilização Fiscal; e a transposição das águas do rio São Francisco. Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solidarizou-se com as preocupações de Silva Júnior.



Silva Júnior propõe temas para discussão sobre o Nordeste

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Especial Unip — Assunto: O sono — 3ª parte
6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Atividade: Ciclismo
7h30 — Especial Unip — Assunto: O sono — 3ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h30 — Entrevista — O deputado português Antônio de Almeida Santos fala sobre as relações Brasil-Portugal
8h55 — Senado em Pauta
9h — Especial — Descobrimto do Brasil
9h30 — Debate — Reapresentação do programa *Sangue e Derivados*
10h — Cores do Brasil — Em destaque: Folclore goiano
10h30 — Saúde Todo Dia — Atividade: Tênis
11h — Entrevista especial sobre Quiropraxia
12h — Espaço Cultural — Apresentando Kelley Callaça
12h30 — Entrevista — O deputado português Antônio de Almeida Santos fala sobre as relações Brasil-Portugal
13h — Cores do Brasil — Em destaque: Diamantina
13h30 — Debate — Reapresentação do programa

Sangue e Derivados

14h30 — Espaço Cultural — Apresentando o violonista Mário Ulloa
15h30 — Cores do Brasil — Em destaque: Folclore goiano
16h — Saúde Todo Dia — Atividade: Ciclismo
16h30 — Especial Unip — Assunto: O sono — 3ª parte
17h — Entrevista especial sobre Quiropraxia
18h — Cores do Brasil — Em destaque: Amazonas
18h30 — Entrevista — O deputado português Antônio de Almeida Santos fala sobre as relações Brasil-Portugal
19h — Cores do Brasil — Em destaque: Maranhão
19h30 — Debate — Reapresentação do programa *Sangue e Derivados*
20h30 — Entrevista — O deputado português Antônio de Almeida Santos fala sobre as relações Brasil-Portugal
21h — Cores do Brasil — Em destaque: Bahia
21h15 — Debate — Reapresentação do programa *Sangue e Derivados*
21h55 — Senado em Pauta
22h — Espaço Cultural — Apresentando o violonista Mário Ulloa
23h — Entrevista especial sobre Quiropraxia.
0h — Especial — Descobrimto do Brasil

Tião Viana pede ampliação das ações de combate à Aids

Ao lembrar que a 12ª Conferência Mundial sobre a Aids, promovida pelas Nações Unidas em julho do ano passado em Genebra, Suíça, constatou que o mundo está perdendo a batalha contra o vírus, o senador Tião Viana (PT-AC) defendeu a ampliação das ações no combate à doença, sobretudo na prevenção e no esclarecimento à população.

O senador salientou que muitas entidades no Brasil estão obtendo resultados significativos no apoio a infectados e no esclarecimento, principalmente para a população mais vulnerável aos riscos de

contaminação, e defendeu o desenvolvimento, pelo governo federal, de um trabalho em parceria com essas entidades.

— Por que, por exemplo, não trabalhar junto às igrejas no combate à promiscuidade, já que essa é uma bandeira por elas empunhada? Por que não fazer um mutirão ordenado de esclarecimento da população, em escolas, associações de todo o tipo, rádio e televisão? — indagou.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) destacou que o governo federal, através do Ministério da Saúde, vem desenvolvendo programas de prevenção e tem conseguido reduzir o número de óbitos causados pela Aids. Já a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) ressaltou a interiorização da doença, que deixou de ser um mal que atingia apenas os grandes centros urbanos. Também manifestou preocupação com o crescimento do número de mulheres infectadas.



Tião Viana sugere parceria do governo com entidades

Cortes não afetaram assistência social, diz secretária

Em depoimento na Comissão de Assuntos Sociais, Vanda Engel Aduan afirma que os recursos destinados à área são investimentos, e não gastos, e que só há desenvolvimento econômico se houver desenvolvimento social

Em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem, a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, Vanda Engel Aduan, afirmou que os recursos destinados a essa área são investimentos, e não gastos, e que só há desenvolvimento econômico se houver desenvolvimento social.

— Se esse país não conseguir colocar todas as crianças na escola e impedir que as famílias, vítimas de um processo econômico excludente, tenham como primeiro mecanismo de sobrevivência tirar os meninos da escola para trabalhar, não só essas famílias serão mais pobres, mas também o país será cada vez mais pobre — advertiu.

A audiência pública durou quatro horas. No início de sua exposição, Vanda Aduan afirmou que a secretaria tem origem na antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA) e representa uma

“nova visão do que seja assistência social”. Disse ainda que o principal foco é a criança na faixa etária entre zero e seis anos. Ela destacou a importância de se encontrarem meios de impedir o fracasso das crianças na vida escolar.

— É importante que a criança se torne um ser humano produtivo — defendeu.

Segundo Vanda Aduan, a assistência social deve ser universal para “quem dela necessitar”, e os recursos são destinados prioritariamente aos mais necessitados, “os grupos de extremo risco, os idosos, desnutridos, vítimas de violência doméstica e portadores de deficiência”. A secretária informou que o governo tem seus programas centrados na família.

Vanda Aduan informou também que o governo investiu R\$ 1,6 bilhão no ano passado em programas de sua secretaria, atingindo 2,8 milhões de brasileiros. “A renúncia fiscal



Entre Vanda Engel Aduan (E) e a senadora Heloísa Helena, Osmar Dias preside a audiência pública na CAS

com filantropia chega a R\$ 2,3 bilhões. É preciso que a filantropia seja regularizada para ser usada pela população de maior risco”, defendeu. Segundo a secretária, os recursos são repassados aos municípios e estados sempre no dia 10 de cada

mês e apenas os municípios que não estão em dia com seus compromissos trabalhistas não os recebem.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), autor do requerimento para realização da audiência, questionou a secretária so-

bre os cortes feitos no orçamento da União e sobre como eles afetaram a secretaria. Vanda Aduan explicou que os cortes, de 7%, foram revistos e houve suplementação, o que resultou nos mesmos níveis do ano anterior.

Renda e emprego geram debate



Eduardo Suplicy

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e a senadora Marina Silva (PT-AC) questionaram a posição da secretária sobre o programa de renda mínima. Vanda Aduan afirmou que é preciso haver recursos para garantir que as crianças fiquem na escola e que a família seja compensada pela renda sacrificada. A secretária acrescentou que é preciso emprego para essas famílias, de forma a que tenham como manter a renda quando a criança completar 14 anos.

— Só a renda mínima não garante o desenvolvimento social da criança — acrescentou.



Heloísa Helena

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) perguntou sobre as metas da secretaria. Em sua resposta, Vanda Aduan explicou preliminarmente que faltam dados precisos para a definição dessas metas, mas informou que a partir do

ano 2000 a secretaria se utilizará de levantamento que está sendo feito pelo Ipea.

— Serão atendidos municípios pobres, seja onde estiverem localizados — esclareceu.

Já o senador Tião Viana (PT-AC) manifestou sua preocupação em relação aos idosos. A secretária afirmou que a questão é nova e que a principal política do governo é a de manutenção do idoso na família.



Tião Viana

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) perguntou sobre as ações do governo dirigidas às gestantes. Já a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que Roraima praticamente não conta com programas federais de ação social e convidou Vanda Aduan para voltar ao Senado no próximo dia 16, às 17h30, para um debate com a subcomissão que investiga casos



Maria do Carmo



de exploração do trabalho infantil e prostituição infanto-juvenil. A secretária aceitou o convite.



Juvêncio

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) questionou a posição da secretária sobre as creches domiciliares. Vanda Aduan disse que as crianças têm direito a creches institucionais, mas disse que as domiciliares são importantes, uma vez que onde não há tais creches milhares de crianças são cuidadas por vizinhos ou irmãos mais velhos.



Geraldo Cândido

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) lembrou a tarefa imensa que a secretária tem pela frente e o senador Romero Jucá (PSDB-RR) afirmou que

sempre lutou na Comissão Mista de Orçamento para alocar recursos para a área social. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) destacou a importância de se dar, também, amparo aos desempregados, e o senador Osmar Dias (PSDB-PR) falou sobre a necessidade de toda a sociedade caminhar unida para reduzir as desigualdades no país.

Estiveram presentes à reunião da CAS, que é presidida pelo senador Osmar Dias, os senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT), Maguito Vilela (PMDB-GO), Marluce Pinto (PMDB-RR), Pedro Simon (PMDB-RS), Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Geraldo Althoff (PFL-SC), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Paulo Hartung (PSDB-ES), Romero Jucá (PSDB-RR), Geraldo Cândido (PT-RJ), Marina Silva (PT-AC), Heloísa Helena (PT-AL), Tião Viana (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Leomar Quintanilha (PPB-TO). Também esteve presente à audiência pública a presidente do Conselho Federal de Serviço Social, Elaina Rosseti Behring.

Osmar Dias destaca a atuação da CAS



Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PSDB-PR), na presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), fez um balanço das atividades da comissão, informando a realização, desde fevereiro, de 12 reuniões, das quais oito foram audiências públicas.

Segundo o senador, a CAS cumpriu a meta definida em sua primeira reunião, de ouvir os gestores das políticas sociais do governo para fazer críticas e elaborar propostas, de modo que essas políticas sociais atendam às camadas menos favorecidas da população.

Osmar Dias pediu a colaboração dos senadores que estão com a relatoria de projetos no sentido de aprontarem seus relatórios, destacando pedido do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresentado em reunião com presidentes de comissão, pela agilização da votação de matérias para que o plenário possa apreciá-las.